

A INSERÇÃO NO SERTÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO: O PERÍMETRO IRIGADO SENADOR NILO COELHO –PETROLINA –PE

Raimunda Áurea Dias de Sousa – Mestranda na área de concentração – Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional pela Universidade Federal de Sergipe – UFS/Professora do Ensino Médio da rede pública e privada
Orientadora: Profª Drª Alexandrina Luz Conceição
aureasouza@hotmail.com/Tel.: (74) 3611-0304

O presente trabalho encontra-se em suas etapas finais e tem como objetivo compreender como se deu a expansão do capitalismo, a partir da modernização da agricultura e do crescimento do agronegócio, mediante incentivos do Estado no semi-árido nordestino, especialmente, no Projeto Senador Nilo Coelho – Petrolina PE e como o pequeno produtor participa dessa nova política implantada pelo governo no campo.

A área relativa hoje ao Projeto Senador Nilo Coelho – onde está sendo desenvolvida a pesquisa - era de uso de vários trabalhadores de baixa renda que viviam da agricultura familiar camponesa como forma de sobrevivência. Porém, esses camponeses por não disporem do título de propriedade ficaram sujeitos as políticas criadas pelo Estado para modernizar a região via agricultura irrigada.

No sentido de concretizar seu objetivo, o governo inicia sua política de “desenvolvimento” criando os órgãos públicos a exemplo da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) década de 40 e da instalação na década de 70 da 3ª Diretoria Regional da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e o CPTSA (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido) – uma das unidades da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), todos situados em Petrolina PE. Assim, tem início a criação dos perímetros públicos irrigados, dentre eles na década de 80, o projeto Senador Nilo Coelho com 11 núcleos, abrangendo uma área que vai Petrolina PE e Casa Nova BA. Essa área foi loteada para ser entregue aos agricultores que atendessem aos critérios não normativos criados pela CODEVASF. A preferência dada era para aqueles colonos que tinham aptidão para técnicas mais sofisticadas, ou seja, já tinha algum tipo de experiência com irrigação e que possuíam algum capital para iniciar a atividade agrícola. Nesse caso, o pequeno produtor que já habitava a área do perímetro, que a princípio tinha prioridade na aquisição dos lotes, não correspondia os demais critérios de cunho capitalista. Nesse sentido, muitos não foram contemplados e outros que nem habitam a área foram beneficiados. A prioridade, portanto, passa a ser para empresas e não para o trabalhador. A respeito disso ANDRADE (1983) esclarece que a CODEVASF tendo sido organizada como empresa visa a obtenção de lucro priorizando os grupos empresariais do que a localização dos colonos, o que faz desaparecer a prioridade que deveria ser dado ao social.

Na realidade, o atual cenário tem revelado: a consolidação do capitalismo através da modernização imposta pelo capital de uma agricultura irrigada voltada para atender, principalmente, o mercado internacional, gerando assim, no Projeto Senador Nilo Coelho, uma massa de colonos expropriados de suas terras, uns por não ter conseguido no momento da distribuição dos lotes, outros devido a dificuldade de acesso ao crédito ao pequeno produtor, a falta de assistência técnica pela CODEVASF, dentre outros.

Aponta-se que esses trabalhadores expropriados de suas terras foram transformados em empregados temporários das grandes empresas agrícolas instaladas na área do projeto.

Percebe-se que as ações do governo levaram ao campo uma ampla modernização nas bases tecnoprodutivas no semi-árido nordestino, porém, esse avanço não culminou com a melhoria de vida do pequeno produtor e uma das principais razões para isso foi justamente privilegiar as dimensões tecnológicas e econômicas em detrimento da organização dos trabalhadores, até mesmo as cooperativas criadas no Vale do São Francisco foram imposta pelos órgãos governamentais em que os líderes eram agricultores que não tinham uma visão social do ponto de vista coletivo, na verdade as cooperativas tinham uma função específica: servir como meio para conseguir empréstimos bancários. Na análise de MARTINS (1994) dentro do novo modelo de desenvolvimento, os pobres estavam sendo expulsos da terra em nome, justamente de um amplo programa nacional de desenvolvimento econômico.

Para subsidiar metodologicamente este trabalho está sendo realizadas entrevistas com: trabalhadores desapropriados e contemplados com lotes; os representantes das empresas agrícolas; representantes dos órgãos públicos e ainda está sendo feito estudos em fontes secundárias sobre a temática em questão, como também uma pesquisa documental nos arquivos das empresas e órgãos envolvidos com o Projeto Senador Nilo Coelho, como: CODEVASF, CHESF, EMBRAPA, SUDENE etc.

Mesmo com o avanço da propriedade capitalista, portanto, do capital no Vale do São Francisco, Projeto Senador Nilo Coelho, pode ser constatado que o pequeno produtor camponês não está desaparecendo do projeto, ele se faz presente através de relações não capitalistas como: renteiro, posseiro, parceiro ou ele torna-se um trabalhador assalariado como forma de não perder o vínculo com a terra. “É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”. (MARTINS, 1980, P. 61).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE. Manoel Correia. Tradição e Mudanças. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

MARTINS, José de Souza. O poder do Atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Expropriação e Violência. A questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1980.